Demonstrações Financeiras

CIMS S.A.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 1 |
|--|----|
| Demonstrações financeiras auditadas | |
| Balanços patrimoniais | 3 |
| Demonstrações do resultado | |
| Demonstrações do resultado abrangente | |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | |
| Demonstrações do fluxo de caixa | |
| Demonstrações do valor adicionado | |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 5° ao 10° andares - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel: (5521) 3263-7000 Fax: (5521) 3263-7003 ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **CIMS S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da CIMS S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIMS S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015.199/F-6

Fernando Alberto S. Magalhães Contador CRC-1SP 133.169/O-0

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

| | 2015 | 2014 |
|--|-----------|------------------|
| Total do ativo | 7.664 | 150.013 |
| Ativo circulante | 236 | 144.393 |
| Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras (Nota 4) | 54 182 | 1.011 143.368 |
| Outros | - | 14 |
| Ativo não circulante | 7.428 | 5.620 |
| Impostos a recuperar (Nota 5) | 7.428 | 5.620 |

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|-------------|-----------|
| Total do passivo e patrimônio líquido | 7.664 | 150.013 |
| Passivo circulante | 260 | 45 |
| Impostos e contribuições a recolher | 260 | 45 |
| Patrimônio líquido (Nota 7) | 7.404 | 149.968 |
| Capital social | 1.078.856 | 1.078.856 |
| Prejuízos acumulados | (1.071.452) | (928.888) |

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

| | 2015 | 2014 |
|--|--------------------|---------------------|
| Despesas gerais e administrativas (Nota 9) Outras receitas/(despesas) operacionais (Nota 10) | (147.370) (696) | (124.596) 16.790 |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | (148.066) | (107.806) |
| Resultado financeiro (Nota 8) | 5.502 | 12.488 |
| Receitas financeiras | 5.886 | 13.894 |
| Despesas financeiras | (384) | (1.406) |
| Prejuízo do exercício | (142.564) | (95.318) |
| Prejuízo básico por ação (Nota 7) | (0,40) | (0,27) |

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

| | 2015 | 2014 | |
|--|----------------|---------------|--|
| Prejuízo do exercício Outros resultados abrangentes | (142.564) - | (95.318) - | |
| Resultado abrangente do exercício | (142.564) | (95.318) | |

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

| | Capital social integralizado | Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria | Reservas de lucro | Lucros ou prejuízos acumulados | Outros resultados abrangentes | Patrimônio líquido |
|----------------------------------|------------------------------|--|----------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 778.856 | - | - | (833.570) | - | (54.714) |
| Aumentos de capital | 300.000 | - | - | - | - | 300.000 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (95.318) | - | (95.318) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 1.078.856 | - | - | (928.888) | - | 149.968 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (142.564) | - | (142.564) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 1.078.856 | - | - | (1.071.452) | - | 7.404 |

CIMS S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Caixa líquido atividades operacionais | (957) | (299.999) |
| Caixa gerado nas operações Prejuizodo exercício | (142.564) (142.564) | (95.318) (95.318) |
| Variações nos ativos e passivos Impostos a compensar Impostos e contribuições a recolher Contas a pagar Títulos e valores mobiliários Outros | 141.593 (1.807) 215 - 143.185 14 | (204.962) (1.955) (418) (67.957) (134.632) 281 |
| Caixa líquido atividades de financiamento | - | 300.000 |
| Aumento de capital | - | 300.000 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes | (957) | 1 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes | 1.011 | 1.010 |
| Saldo final de caixa e equivalentes | 54 | 1.011 |

CIMS S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

| | 2015 | 2014 | |
|---|------------------------|------------------------|--|
| Insumos adquiridos de terceiros Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (139.990) (139.990) | (100.092) (100.092) | |
| Valor adicionado bruto Valor adicionado líquido produzido | (139.990) (139.990) | (100.092) (100.092) | |
| Valor adicionado recebido em transferência | 5.502 | 12.488 | |
| Receitas financeiras | 5.502 | 12.488 | |
| Valor adicionado total a distribuir Distribuição do valor adicionado | (134.488) (134.488) | (87.604) (87.604) | |
| Impostos, taxas e contribuições | 8.076 | 7.714 | |
| Remuneração de capitais próprios | (142.564) | (95.318) | |
| Lucros retidos/prejuízo do período | (142.564) | (95.318) | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

1. Contexto operacional

A CIMS S.A. ("Companhia") tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

Em 14 de março de 1995 a Companhia foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 na modalidade de Companhia Aberta.

A Companhia está em fase pré-operacional e apresenta prejuízo recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 e caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a avaliação dos ativos financeiros a valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 23 de fevereiro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

c) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

d) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são avaliadas e classificadas da seguinte forma:

- Para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos são auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são reconhecidos no resultado;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- d) Ativos e passivos financeiros--Continuação
 - Mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

e) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia, não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. Também não reconhece contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos aos prejuízos fiscais, pois a mesma está em fase pré-operacional e não tem expectativa de lucros nos próximos anos.

f) Impostos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

g) Prejuízo básico e diluído por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há efeitos dilutivos a serem considerados em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

(iii) Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

i) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valo justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do valor justo no nível mais baixo do input que é significativo para a mensuração como um todo.

4. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são constituídas por cotas de fundos de investimento e por certificados de depósitos bancários classificados como para negociação. A composição da carteira está representada por:

Fundos de investimento

| | | Instituição | Quantidade | Valor | | |
|------------|-----------------|----------------|------------|----------|-------|-------|
| Data | Fundo investido | administradora | de cotas | de custo | Valor | Nível |
| | | | | | | |
| 31/12/2015 | BTG Yield DI FI | BTG Pactual | - | - | - | 1 |
| 31/12/2014 | BTG Yield DI FI | BTG Pactual | 313,0378 | 6.181 | 6.241 | 1 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

4. Aplicações financeiras--Continuação

Certificado de depósito bancário

| Data | Contraparte | CDI | Data de vencimento | Valor de custo | Valor atual | Nível |
|------------|----------------|-----|-----------------------|----------------|-------------|----------|
| 31/12/2015 | Banco Bradesco | 70% | 07/03/2016 | 180 | 182 | 1 |
| 31/12/2014 | Banco Bradesco | 70% | 29/01/2015 | 132.935 | 137.127 | 1 |

5. Impostos a recuperar

Representado por imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras ocorridos entre 2014 e 2015. Para todos os créditos foram transmitidos pedidos de restituição e estão registrados ao valor provável de recuperação.

6. Transações com partes relacionadas

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoaschave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015 o capital social está representado por 1.066.243 ações, sendo 355.466 ordinárias e 710.777 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 24 de janeiro de 2014, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 300.000, mediante a emissão de 100.000 novas ações ordinárias e de 200.000 novas ações preferencias, todas representativas do capital social da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 1,00 por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

7. Patrimônio líquido--Continuação

b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Tendo em vista os prejuízos apurados, não foram deliberados dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

c) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre, conforme quadro abaixo:

| 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|------------|--------------------|
| 255.466 | 355.466 |
| | 710.777 |
| 1.066.243 | 1.066.243 |
| | 355.466 710.777 |

Memória de cálculo do resultado por ação:

| Exercício findo em | Prejuízo do exercício findo em 31/12/2015 | Média ponderada de ações ordinárias | Prejuízo por ação |
|--------------------|--|---|----------------------|
| 31/12/2015 | (142.564) | 355.466 | (0,40) |
| Exercício findo em | Prejuízo do exercício findo em 31/12/2014 | Média ponderada de ações ordinárias | Prejuízo por ação |
| 31/12/2014 | (95.318) | 348.891 | (0,27) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

8. Resultado financeiro

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------|------------|
| Rendas com títulos e valores mobiliários | 5.270 | 13.494 |
| Receita de atualização de impostos | 616 | 400 |
| Despesas bancárias | (384) | (377) |
| Despesas com juros | ` <u>-</u> | (1.029) |
| | 5.502 | 12.488 |

9. Despesas administrativas

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Serviços de publicação | (20.773) | (21.408) |
| Serviços de contabilidade | (59.383) | (39.099) |
| Outros serviços prestados | (22.372) | (20.119) |
| Emolumentos judiciais e cartorários | (1.761) | (1.101) |
| Anuidade BM&FBovespa | (35.000) | (35.000) |
| Taxa de fiscalização CVM | (7.978) | (4.972) |
| IOF | (21) | (52) |
| Impostos e taxas diversos | (77) | (2.690) |
| Outros | (5) | (155) |
| | (147.370) | (124.596) |

10. Outras receitas/despesas operacionais

| 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|------------|------------|
| - | 16.064 |
| (696) | 726 |
| (696) | 16.790 |
| | (696) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

11. Instrumentos financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas liquidações.

b) <u>Derivativos</u>

A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

12. Estrutura de gerenciamento de riscos

Risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Companhia. As operações da Companhia estão classificadas na carteira de negociação.

Além disso, sua carteira não detém operações sujeitas às exposições ao risco em ouro, moedas estrangeiras e preço de mercadorias (commodities). Portanto, o risco de mercado está representado pelos riscos das taxas de juros das operações classificadas na carteira de negociação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

12. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

Risco de crédito

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros que integram a carteira da Companhia não cumprirem com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

13. Contingências

A Companhia não possui quaisquer processos judiciais ou administrativos nos quais figure no polo passivo que tenham sido ajuizados nos exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

14. Evento subsequente

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2016, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Companhia em R\$100.000, a ser integralizado pelos sócios na mesma data.